



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Emenda Nº 2 ao Projeto de Lei Nº 151/2025

EMENDA SUBSTITUTIVA

SUBSTITUI o artigo 3º do Projeto de Lei nº 151/2025, que “*Dispõe sobre permissão de uso de Bem Público ao Município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, e dá outras providências*”.

Texto Original do Art. 3º:

"**Art. 3º** A permissão de uso de que trata esta Lei será a título precário e sem ônus, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período, mediante interesse das partes, a contar da publicação da presente Lei, mediante autorização legislativa”.

Texto Proposto (Emenda Modificativa):

"**Art. 3º** A permissão de uso de que trata esta Lei será a título precário e sem ônus, pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, mediante interesse das partes, a contar da publicação da presente Lei, mediante autorização legislativa”.

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTTOLI”, em 04 de novembro de 2025.

(assinado digitalmente)

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - G43K-XH3B-J237-7T0Z



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM



JUSTIFICATIVA DA EMENDA

A presente emenda tem por objetivo adequar o prazo da permissão de uso ao caráter precário do ato administrativo, estabelecendo período inicial de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual prazo, mediante interesse das partes.

Tal medida encontra respaldo no quanto previsto no §2º, artigo 114 da LOM:

Art. 114. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante contratação de parceria público-privada, de consórcio público e de regime de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e quando houver interesse público devidamente justificado, sempre por prazo determinado, mediante aprovação legislativa nos casos previstos.

§ 2º A permissão poderá incidir sobre qualquer bem público, desde que seja por, no mínimo, 1 (um) ano e, no máximo, 10 (dez) anos, podendo ser renovada, desde que fundadas razões de interesse público, será feito a título precário, mediante aprovação legislativa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 3, de 2014).

Assim, a permissão pode incidir sobre qualquer bem público, desde que seja por, no mínimo 1 (um) ano e, no máximo, 10 (dez) anos, podendo ser renovada, mediante autorização legislativa.

Logo, a redução do prazo para 5 (cinco) anos permite maior controle e fiscalização da utilização do bem público, garantindo a observância do interesse público e a compatibilidade com os princípios da legalidade, eficiência e razoabilidade administrativa.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - G43K-XH3B-J237-7T0Z



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=G43KXH3BJ2377T0Z>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: G43K-XH3B-J237-7T0Z

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - G43K-XH3B-J237-7T0Z